



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

INTEGRAÇÃO INSTITUCIONAL PARA GOVERNANÇA EM ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS RECIFAIS NO BRASIL¹

Mariana Clauzet¹; Leandra R. Gonçalves²

¹Grupo de Pesquisa em Governança e Gestão do Oceano e Zonas Costeiras do Instituto do Mar, UNIFESP, Santos, São Paulo, Brasil, mariana.clauzet@gmail.com

² Instituto do Mar, UNIFESP, Santos, São Paulo, Brasil, goncalves.leandra@unifesp.br

GT10: Governança do oceano – caminhos para uma sustentabilidade justa

Resumo

Este artigo analisa a governança e a efetividade de políticas públicas voltadas à conservação de áreas recifais no Brasil, com foco em Áreas Marinhas Protegidas (AMPs). Por meio da análise de 482 documentos normativos e entrevistas com gestores e integrantes dos conselhos gestores, investigam-se padrões de fragmentação institucional, lacunas normativas e interações entre esferas federativas e setores. Os resultados indicam predominância de políticas federais, baixa participação municipal e ausência de coordenação formal entre setores como turismo, pesca e meio ambiente. A discussão articula os resultados empíricos com referenciais teóricos-metodológicos, com fins de encontrar forçantes de impacto e de gestão mobilizados nos planos de gestão, e compreender, sob a perspectiva da Governança Multinível, as interações que envolvem múltiplos setores e escalas entre instituições que influenciam a governança ambiental de AMPs recifais. A pesquisa propõe caminhos para o uma governança integrada, com destaque para arranjos interinstitucionais e sugere articulação com dados ecológicos e a participação social qualificada.

¹ Agradecemos o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq pela bolsa Desenvolvimento Tecnológico e Industrial DTI-A para MC por meio do Projeto PPBio-IntegraMar.

Apoio:



Realização:



anppas
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Palavras-chave

Governança Ambiental; Políticas Públicas; Áreas Marinhas Protegidas; Análise Institucional; Integração de Políticas Ambientais

Highlights

- 482 documentos revelam fragmentação na gestão de AMPs recifais
- Predomínio federal e ausência municipal comprometem a integração de políticas públicas
- Setores como pesca e turismo atuam sem articulação com a conservação
- Propõe-se governança integrada e multinível com base em níveis federativos e participação social

INTRODUÇÃO

A intensificação das pressões humanas sobre os ecossistemas marinhos tem provocado impactos significativos na biodiversidade oceânica. Entre as principais estratégias adotadas para mitigar esses impactos, destaca-se a criação de Áreas Marinhas Protegidas (AMPs), implementadas em diferentes categorias e escalas (Di Minin et al., 2015; Giakoumi et al., 2017). No entanto, embora fundamentais, as AMPs não são, por si só, suficientes para conter todos os estressores que afetam os ambientes marinhos. Sua eficácia depende da articulação com políticas públicas integradas e arranjos institucionais que considerem as conexões entre os sistemas terrestres e marinhos (Gonçalves et al., 2021).



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

Essa necessidade ressalta as limitações históricas de políticas ambientais setoriais, fragmentadas e pouco articuladas (Oliveira et al., 2022), e reforça a importância de investigar as interações institucionais que moldam a governança ambiental (Young, 2002). Tais interações — sejam funcionais, políticas ou formais — influenciam diretamente a efetividade das políticas públicas em contextos socioecológicos complexos (Folke et al., 2005).

Instrumentos globais como a Agenda 2030 e o Quadro Global da Biodiversidade têm buscado promover maior harmonia normativa entre diferentes níveis de governança. No entanto, sua implementação concreta depende da articulação entre os âmbitos nacional e local (Petrachenko & Addison, 2015). No Brasil, a gestão das AMPs ainda enfrenta desafios substanciais, especialmente em áreas recifais. Estudos apontam a persistência de falhas institucionais, indefinições regulatórias e baixa articulação entre atores como obstáculos à governança efetiva, sobretudo no momento da criação dessas áreas (Magris & Gonçalves, 2025). Além disso, há um descompasso entre as conexões ecológicas e as estruturas institucionais existentes (Treml et al., 2015).

Diante desse cenário, os conceitos de *institutional interplay* (Young, 2002) e *institutional fit* (Ekstrom & Young, 2009) oferecem ferramentas analíticas para diagnosticar lacunas, sobreposições e desajustes entre instituições, revelando como falhas de escala, função ou interação comprometem a governança, e por consequência o objetivo de conservar a biodiversidade. Complementarmente, a abordagem da *Environmental Policy Integration* (EPI) propõe critérios normativos, organizacionais e instrumentais para avaliar o grau de integração de políticas ambientais em setores diversos (Jordan & Lenschow, 2010), enquanto a noção de Governança Multinível (Gonçalves et al., 2021) contribui para compreender os desafios impostos por contextos fragmentados e multilaterais.

Com base nesses referenciais teórico e diante da crescente urgência por abordagens integradas na governança marinha, esta pesquisa tem como objetivo analisar o estado atual da integração — ou da ausência dela — entre as leis e políticas públicas federais e estaduais voltadas à conservação de seis Áreas Marinhas Protegidas (AMPs)



A seleção de AMPs seguiu os seguintes critérios: (i) cobrirem áreas com recifes de coral verdadeiros, (ii) serem unidades federais; (iii) pertencerem a diferentes categorias do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC); (iv) possuírem mais de 50% de pontuação no Sistema de Avaliação e Monitoramento da Gestão (SAMGE/ICMBio); (v) representarem todas as regiões costeiras do país, com exceção da Região Norte, onde não há recifes de coral verdadeiros, mas sim formações recifais dominadas por rodolitos e algas calcárias; e (vi) possuírem planos de manejo e de uso público consolidados e publicados. Assim, as AMPs selecionadas foram:

1. Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo
2. Reserva Biológica do Arvoredo
3. Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha
4. Área de Proteção Ambiental de Fernando de Noronha
5. Parque Nacional Marinho dos Abrolhos
6. Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais

Para as UCs acima foram separados os documentos Planos de Manejo, Planos de Uso Público, Decretos de Criação e Portarias relacionadas à aprovação dos Planos de Manejo. Essa busca resultou em 15 documentos totais (Tabela 1).

Tabela 1. Informações sobre os 15 documentos analisados na pesquisa.

Categoria Documento	do REBIO Arvoredo	do RESEX do Arraial do Cabo	do APACC	APAFN	PNMFN	PNM Abrolhos
Decreto de Criação da UC	1990	1997	1997	1986	1988	1983



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

Categoria	do REBIO	do RESEX				PNM
Documento	Arvoredo	do Arraial Cabo	do APACC	APA FN	PNMFN	Abrolhos
Plano de Manejo (PM)	2004	2020	2021	2017	2024	1991
Plano de Uso Público	—	—	2021	—	—	2003
Plano Interpretativo	—	—	—	—	—	2018

Fonte: Elaboração Própria, junho 2025.

Nos 15 documentos acima, realizou-se uma busca sistemática de palavras-chave relacionadas à legislação e às estratégias institucionais: “lei”, “decreto”, “artigo”, “instrução normativa”, “resolução”, “portaria”, “programa”, “plano” e “projeto”. A busca resultou em um total de 482 políticas, que são mobilizadas nos planos de gestão das respectivas AMPs.

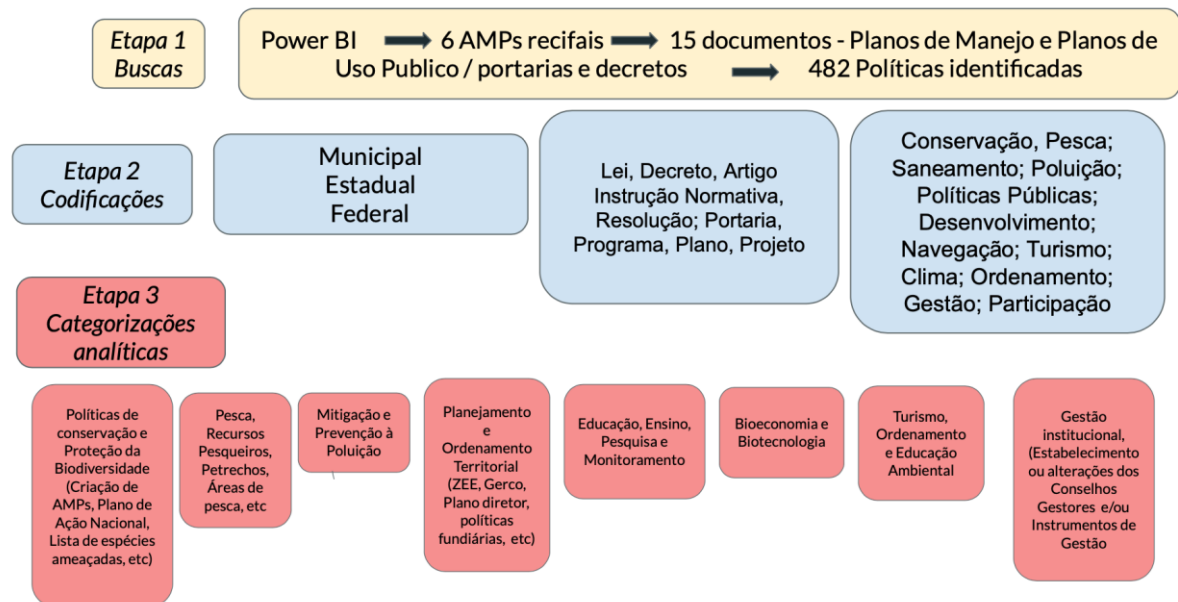
Adotou-se uma busca temática com foco em palavras-chave como: “conservação”, “pesca”, “saneamento”, “poluição”, “navegação”, “turismo”, “clima” para compreender as principais características dos planos considerando os objetivos de gestão das AMPs. Também foram buscadas palavras-chaves como “políticas públicas”, “desenvolvimento”, “ordenamento”, “gestão” e “participação” para entender as características dos respectivos planos quanto à suas características de gestão. Essa busca temática resultou em um total de 726 menções. Cada registro foi analisado em seu contexto específico, compondo uma sistematização das políticas, instituições e estratégias presentes nos instrumentos de gestão das AMPs. Ainda, todas as políticas identificadas foram classificadas segundo o nível federativo de atuação - municipal, estadual ou federal.



(3) Análise das interações institucionais

A partir do conceito de *Institucional Interplay* (Young, 2002), buscou-se compreender as interações que envolvem múltiplos setores e escalas entre instituições que influenciam a governança ambiental de AMPs recifais. Neste contexto, foram consideradas oito categorias analíticas emergentes: (1) políticas de conservação e proteção da biodiversidade; (2) políticas pesqueiras; (3) políticas de mitigação da poluição; (4) políticas de ordenamento territorial; (5) políticas de educação, pesquisa e monitoramento; (6) políticas relacionadas à bioeconomia; (7) políticas para o turismo; (8) políticas de gestão institucional (Figura 1).

Figura 1. Desenho esquemático das etapas metodológicas da pesquisa para mapeamento de instituições e análise documental da integração de políticas públicas



Fonte: Elaboração Própria, junho 2025.



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Frequência de termos e temas recorrentes

A análise dos documentos resultou no total de 726 termos/temas e indicou forte presença de termos vinculados à conservação da biodiversidade, como “pesca” (27,5%) "conservação" (17%). Em contraste, temas como "poluição" (4,4%) "saneamento" (3,1%) e "clima" (1,3%) apresentaram menor ocorrência, demonstrando uma assimetria entre os desafios ecológicos enfrentados pelas AMPs e as prioridades expressas nos instrumentos normativos. Isso indica que as AMPs são criadas especificamente para conservação e regulação da atividade de pesca. A baixa menção a poluição, saneamento e clima nos planos de gestão revela uma lacuna crítica, dado que pressões ambientais como poluição difusa e impactos climáticos têm efeitos diretos sobre a integridade dos ambientes recifais e nas atividades socioeconômicas - quando em UCs de uso sustentável (Figura 2).

Figura 2. Gráfico da Proporção de Palavras-Chaves Temáticas / Drivers (n=726) identificadas nas Políticas Públicas

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:

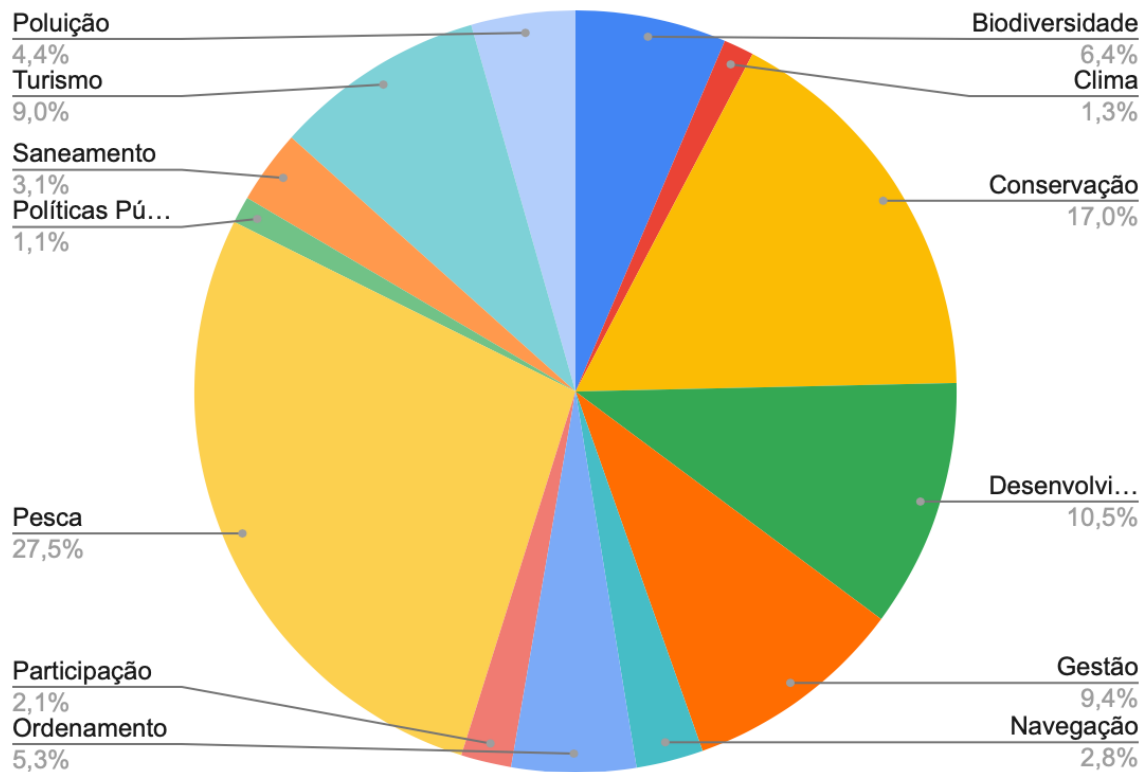




XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**



Fonte: Elaboração Própria, junho de 2025.

Termos e temas (*drivers*) como pesca (27,5%), turismo (9%) e navegação (2,8%) apontam para a interface entre conservação e atividades econômicas. A pesca com elevada proporção, fica evidenciada como uma atividade relevante nos territórios de AMPs recifais. No entanto, os termos participação (2,1%) e gestão (9,4%) foram pouco recorrentes, sinalizando uma possível fragilidade na ênfase em governança colaborativa, aspecto central para uma política de gestão integrada como demandam as AMPs e minimização dos conflitos pelos usuários da pesca e do turismo. A baixa ocorrência de temas diretamente relacionados a *drivers* ou “vetores ambientais” sistêmicos, como clima (1,3%) e saneamento (3,1%), sugere déficit de integração funcional entre políticas setoriais. Ainda, parece oportuno aprofundar a investigação sobre o significado/contexto em que “desenvolvimento” (10,5%) foi empregado nos planos de gestão para compreender o desenvolvimento que é incentivado ou coibido em determinadas áreas.



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Esses padrões reforçam a hipótese de fragmentação institucional e dialogam com os conceitos de *institutional interplay* (Young, 2002) e *fit institucional* (Ekstrom & Young, 2009), evidenciando a predominância de uma abordagem normativa em detrimento da integração intersetorial e da gestão adaptativa. Conforme a literatura, o desalinhamento institucional-ecológico representa uma barreira crítica à efetividade da governança ambiental, sobretudo em regiões com alta biodiversidade e múltiplas jurisdições e níveis federativos, como é o caso específico da APA Costa dos Corais - um território com 2 estados e 16 municípios associados.

Distribuição por Nível federativo

Do total de instrumentos analisados (n=482), a predominância foi de políticas da esfera federal (82,4%), seguida pela esfera estadual (13,7%) e municipal (3,9%). Essa distribuição reforça a centralidade do governo federal na formulação de políticas de conservação marinha e revela um espaço limitado para a atuação subnacional - elemento que pode dificultar a implementação local e o engajamento de atores comunitários e regionais. Em AMPs com forte uso público e atividade econômica local, como a RESEX Arraial do Cabo ou a APA Costa dos Corais, essa descentralização limitada compromete o princípio da governança participativa, o que desafia a efetivação de uma abordagem integrada e adaptativa conforme proposto por autores como Folke et al., (2005) e Gonçalves et al., (2021).

As políticas federais podem se apresentar como referência, mas, é imperativo que estejam ancoradas em políticas locais. Assim, o município é o ente responsável por fazer esta “ponte”, tratando, por exemplo, de saneamento e do ordenamento territorial (plano diretor) em suas respectivas políticas municipais para garantir sinergia com a política de conservação costeiro-marinha das AMPs federais.

Categorização dos instrumentos normativos e programáticos de gestão

Entre os 482 documentos, os tipos de políticas mais frequentes foram: leis (14,7%); decretos (9,8%); portarias (22,4%); resoluções (4,4%); instruções



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

normativas (7,9%); programas (11,8%); planos (9,3%) e projetos (14,7%). A predominância de leis, portarias e decretos destaca o caráter normativo-formal da gestão das AMPs, em contraste as políticas de caráter mais operacionais como programas, planos e projetos.

O número de portarias, por exemplo, é o maior entre todos, isso indica que grande parte da regulamentação das AMPs recifais ocorre via atos administrativos, o que pode trazer agilidade, mas também instabilidade normativa e menor participação social no processo decisório. Quanto menos participação social na tomada de decisão, mais políticas normativas serão necessárias. Imposições normativas tendem a maior número de infração e, conseqüentemente em impactos ao ambiente recifal e maiores esforços de fiscalização e recursos empenhados dos órgãos ambientais. Portanto, fortalecer os instrumentos de maior peso legal (leis e decretos) pode garantir maior estabilidade e respaldo jurídico à gestão das AMPs.

Esse padrão evidencia o predomínio de instrumentos de natureza legal e regulatória em detrimento de dispositivos operacionais ou estratégicos, indicando lacunas entre normatização e ação estratégica. A forte presença de normas formais revela um modelo de governança voltado ao controle jurídico da biodiversidade, mas pouco adaptado a respostas dinâmicas e participativas - em desalinho com as diretrizes de uma gestão integrada baseada em ecossistemas (Folke et al., 2005; Jordan & Lenschow, 2010) e com a governança multinível (Gonçalves et al., 2021) e socioambiental que buscamos. A predominância normativa reforça críticas à integração ambiental simbólica (Jordan & Lenschow, 2010), sem impacto efetivo nos setores que influenciam o meio ambiente. A ausência de instrumentos robustos de coordenação intersetorial e integração entre esferas federativas dificulta a transversalidade das políticas ambientais e a articulação entre costa e mar.

A análise de conteúdo resultou na classificação das políticas em oito categorias analíticas, com a seguinte distribuição: Políticas de Conservação da Biodiversidade – 33% (n ≈ 159); Políticas de Pesca – 17% (n ≈ 82); Políticas de Turismo – 13% (n ≈ 62); Políticas de Planejamento e Ordenamento Territorial – 11% (n

11

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE

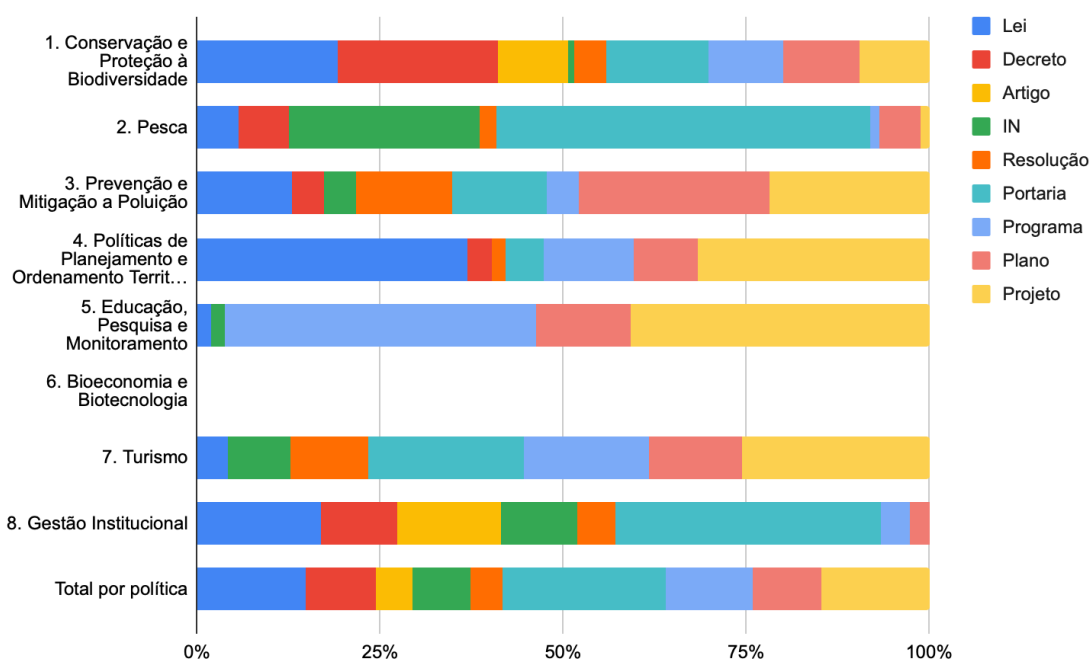


Financiamento:



≈ 53); Políticas de Gestão Institucional – 9% (n ≈ 43); Políticas de Educação, Pesquisa e Monitoramento – 7% (n ≈ 34); Políticas de Prevenção e Mitigação da Poluição – 6% (n ≈ 29); Políticas de Bioeconomia e Biotecnologia – 4% (n ≈ 20) (Figura 3).

Figura 3. Gráfico das Categorias Analíticas por Tipo de Políticas Públicas Identificadas (n=482)



Fonte: Elaboração Própria, junho 2025.

Observa-se que, embora a conservação da biodiversidade apareça como o eixo dominante, políticas voltadas ao enfrentamento de externalidades negativas (como a poluição) e à inovação (bioeconomia) são ainda marginais no conjunto normativo. Os resultados revelam uma governança centrada na regulação dos usos e na conservação da biodiversidade, especialmente em função das ameaças identificadas nos ecossistemas recifais que se relacionam basicamente com o ordenamento de áreas de uso para pesca e turismo - pesca ilegal e turismo desordenado. O fato de a pesca e o turismo serem temas expressivos reforça a sobreposição de interesses e usos nos territórios recifais,



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

demandando maior articulação institucional e ordenamento de usos, sob pena de comprometer os objetivos de conservação.

Já a baixa incidência de políticas de gestão institucional e de monitoramento sinaliza fragilidades na capacidade de implementação e no acompanhamento das ações, fatores críticos identificados em outros territórios por Gonçalves et al. (2021) e Ekstrom & Young (2009) como causas do *institutional misfit*.

A lente do *institutional interplay* revela fragilidades nos mecanismos de integração horizontal (entre setores) e vertical (entre níveis de governo), comprometendo a efetividade da gestão marinha. No entanto, como argumentam Gonçalves et al. (2021), contextos fragmentados podem gerar “zonas de tensão produtivas”, estimulando a bricolagem institucional – a adaptação criativa de normas a realidades locais.

Categorias analíticas como Bioeconomia e Biotecnologia, Turismo e Educação e Monitoramento aparecem com menor frequência, apontando para uma baixa integração intersetorial das políticas ambientais com outras agendas estratégicas para a sustentabilidade das AMPs. Essa desigualdade de incidência sugere uma governança ainda pouco conectada às dinâmicas socioeconômicas locais e às potencialidades de desenvolvimento em especial em AMPs de categorias de uso sustentável, nas quais o desenvolvimento de biotecnologia aplicada aos usos de recursos naturais e/ou o turismo de base comunitária pode ter impacto positivo na socioeconomia local e na conservação ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos 482 documentos relacionados às Áreas Marinhas Protegidas (AMPs) recifais federais revelou importantes assimetrias na formulação e implementação das políticas públicas. A prevalência de temas como pesca (26,7%), conservação (16,9%) e desenvolvimento (11,2%) evidencia a centralidade das atividades econômicas e da proteção da biodiversidade nas agendas institucionais. No entanto, a baixa incidência de temas críticos como clima (1,2%), saneamento (3,3%) e poluição (4,3%) aponta para um



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

descompasso entre os desafios ambientais enfrentados por ecossistemas recifais e as prioridades estabelecidas nos marcos normativos.

Esse padrão reflete uma governança ainda marcada por um enfoque normativo e setorial, com pouca ênfase em instrumentos adaptativos, de monitoramento e de participação social — aspectos essenciais para a efetividade de políticas em contextos ecológicos sensíveis e institucionalmente complexos. A reduzida frequência de termos relacionados à gestão (9,4%) e à participação (2,1%) reforça a hipótese de uma lacuna na incorporação de princípios de governança colaborativa e integração intersetorial, elementos amplamente reconhecidos como fundamentais para o sucesso das AMPs.

Além disso, a concentração de iniciativas na esfera federal (82,4%) sugere centralização decisória e limitações para a atuação subnacional, especialmente dos municípios, cuja responsabilidade por políticas de ordenamento territorial e saneamento é essencial para garantir sinergias com a conservação marinha.

O predomínio de instrumentos legais e regulatórios, como leis, decretos e portarias, frente a programas e projetos operacionais, indica uma ênfase na formalização normativa em detrimento de ações práticas e inovadoras. A frágil presença de categorias como bioeconomia, turismo sustentável e educação reforça a necessidade de diversificação e fortalecimento das políticas públicas voltadas às AMPs recifais, especialmente aquelas com uso sustentável.

Dessa forma, os resultados sugerem a urgência de fortalecer mecanismos de coordenação institucional, incorporar instrumentos de gestão adaptativa e ampliar a integração com políticas setoriais e territoriais. Somente por meio de uma abordagem inter e transdisciplinar, ancorada em governança multinível e participativa, será possível avançar em direção à efetividade e sustentabilidade das AMPs recifais no Brasil.

Os próximos passos dessa pesquisa incluem um aprofundamento da análise da interação institucional e da paisagem das políticas mobilizadas na gestão e governança de



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

áreas recifais, assim como entrevistas com gestores e integrantes dos conselhos gestores para compreender como os mesmos percebem essa interação institucional.

REFERÊNCIAS

BARDIN, LAURENCE. *Análise de conteúdo*. Traduzido por Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2011.

DI MININ, E.; TOIVONEN, T. Global protected area expansion: creating more than paper parks. *BioScience*, v. 65, n. 7, p. 637-638, 2015.

EPSTEIN, G.; PITTMAN, J.; ALEXANDER, S. M.; BERDEJ, S.; DYCK, T.; KREITMAIR, U.; ARMITAGE, D. Institutional fit and the sustainability of social-ecological systems. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, v. 14, p. 34-40, 2015.

EKSTROM, J; YOUNG, O. 2009. Evaluating Functional Fit between a Set of Institutions and an Ecosystem". *Ecology and Society* 14(2) DOI: [10.5751/ES-02930-140216](https://doi.org/10.5751/ES-02930-140216) Acesso em: abril 2025.

FOLKE, CARL et al. Adaptive governance of social-ecological systems. *Annual Review of Environment and Resources*, v. 30, p. 441–473, 2005.

GIAKOUMI, S.; SCIANNA, C.; PLASS-JOHNSON, J.; MICHELI, F.; GRORUD-COLVERT, K.; THIRIET, P.; GUIDETTI, P. Ecological effects of full and partial protection in the crowded Mediterranean Sea: a regional meta-analysis. *Scientific Reports*, v. 7, n. 1, p. 8940, 2017.

GONÇALVES et al. (2021) – "*The Dynamics of Multiscale Institutional Complexes: the Case of the São Paulo Macrometropolitan Region*", Leandra R. Gonçalves; Pedro Fidelman; Alexander Turra; Oran Young. *Environmental Management* (2021) 67:109–118. <https://doi.org/10.1007/s00267-020-01379-1>



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

JORDAN, A.; LENSCHOW, A. Environmental policy integration: a state of the art review. *Environmental Policy and Governance*, v. 20, n. 3, p. 147–158, 2010. <https://doi.org/10.1002/eet.539>

LUBCHENCO, J.; GRORUD-COLVERT, K. Making waves: The science and politics of ocean protection. *Science*, v. 350, n. 6259, p. 382-383, 2015.

MAGRIS, RAFAEL A.; GONÇALVES, LEANDRA R. *Overcoming challenges and identifying opportunities for marine protected area planning: Lessons from Brazil*. *Marine Policy*, v. 180, 106798, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.marpol.2025.106798>.

TREML, E. A., Eric A. Treml, Pedro I.J. Fidelman, Stuart Kininmonth, Julia A. Ekstrom; Örjan Bodin; (2015). Analyzing the (mis)fit between the institutional and ecological networks of the Indo-West Pacific Global Environmental Change 31 (2015) 263–271 <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S095937801500014X>

OBERTÜR, S. Interplay management: enhancing environmental policy integration among international institutions. *International Environmental Agreements*, v. 9, p. 371–391, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10784-009-9109-7>. Acesso em: abril 2025.

OLIVEIRA, C. C. D.; PLATIAU, A. F. B.; GONÇALVES, L. R.; SUASSUNA, L.; PRATES, A. P. L. A governança fragmentada da conservação e do uso sustentável do oceano e de seus recursos. Disponível em: http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/44368/1/ARTIGO_GovernancaFragmentadaConservacao.pdf. Acesso em: abril 2025.

PETRACHENKO, D.; ADDISON, B. (2015). Australia's oceans policy, *in*: Cicin-Sain, B. *et al.* (Ed.) *Routledge handbook of national and regional ocean policies*. pp. 132-161 In: Cicin-Sain, B.; VanderZwaag, D.L.; Balgos, M.C. (Ed.) (2015). *Routledge handbook of national and regional ocean policies*. Routledge: London and New York.



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

ISBN 978-1-138-78829-9. xli, 640 pp. <https://dx.doi.org/10.4324/9781315765648>

Acesso em: junho 2025

YOUNG, ORAN R. Institutional interplay: the environmental consequences of cross-scale interactions. In: OSTROM, E. et al. (org.). *The drama of the commons*.

Washington, DC: National Academy Press, 2002. p. 263–291.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:

